

Discrição antes de tudo, no Clube de Paris

MAISA NAZARIO
Correspondente

Paris — Organizados em torno do Tesouro Francês, os 16 países credores, membros do Clube de Paris, se preparam para mais uma etapa de renegociação da dívida externa brasileira, embora sua direção evite dar qualquer informação sobre o futuro encontro.

Consenso e descrição são suas "regras de ouro". Descrição prezada no Ministério das Finanças francês sobretudo depois da desajeitada entrevista de Jacques Chirac ao jornal norte-americano *Washington Times*, desmentida em seguida e finalmente publicada integralmente. Para evitar, portanto, outros possíveis e incômodos registros, a descrição parece mais que nunca de regra nos corredores do Tesouro. Entrevista, sim, mas sem gravar nem citar fontes. Uma história velha conhecida...

"A descrição é mantida mais para ajudar o país devedor, para deixar na sua responsabilidade a divulgação ou não de acordos, e para que não haja confronto ou contradição das informações divulgadas", assegura uma fonte altamente situada no Clube.

CASO IMPORTANTE

"O Brasil é um caso importante, 'Ca va de soi'. Temos que observar de muito perto sua evolução, e fazer uma apreciação sobre as medidas recen-

temente adotadas. Mas até o momento não se justifica qualquer distanciamento do Clube em relação ao tratamento atribuído tradicionalmente a todos os países devedores, e que exige o consenso de todos os membros do Clube. Trata-se de uma instituição pragmática, que não possui regras, exceto algumas regras de sabedoria ('regles de sagesse') e que aborda as dívidas caso a caso", explica essa mesma fonte, no seu amplo escritório à Rue de Rivoli.

"Gostaria de lembrar que o Brasil, em outras circunstâncias, já participou também do Clube como credor importante, inclusive nesse mesmo ano de 86. E nessa condição, ele adota integralmente os mesmos pontos de vista da instituição", prossegue.

"Atualmente não há por que modificar as regras tradicionais, uma vez que também o conjunto dos credores não mudou. Mas também nada é excluído.", sugere ambiguo e inescrutável o alto funcionário. A título pessoal, e como francês, considero que a situação do Brasil estava melhor no verão (europeu) passado. Agora o excedente comercial desapareceu, e o dinheiro do FMI pode ser útil. Quanto à atitude frente ao FMI, há dois tipos de Governo: os fortes, que estabelecem seu pró-

prio programa de reorientação ('redressement') — como é o caso do Brasil — para os quais um acordo com o FMI não é desonroso. E os fracos, que preferem jogar a culpa de um programa severo apenas nas pessoas de Washington".

CLUBE

Criado em 1956 para evitar uma quebra da Argentina, e organizado ao redor do Tesouro francês, o Clube de Paris é definido pelo seu presidente atual, Jean Claude Trichet, como uma "não-instituição, aliando a imaginação latina ao pragmatismo anglo-saxão". Sem estatutos nem local fixo de encontros, mas com "sólidos princípios", o Clube tem como objetivos, de um lado, reescalonar dívidas públicas ou garantidas pelo governo de um país em dificuldades, na esperança de evitar um não-pagamento. De outro, permitir que este país reencontre uma credibilidade financeira suficiente para poder novamente apelar aos capitais internacionais.

O consenso ao qual se devotam os credores se estende desde as modalidades e condições prévias para cada operação de reescalonamento dos prazos até a necessidade de assegurar tratamento idêntico a todos os credores (exceto FMI, o Banco Mundial e os bancos regionais).

A condição para um país devedor ter a arbitragem e a ajuda do clube de Paris é a obtenção prévia de um crédito *Stand By* do FMI, avalista da vontade do país devedor de reorientar sua situação econômica e financeira a curto prazo. O Clube é, assim, o último recurso, depois do FMI e do Banco Mundial. Para ele, hoje, tudo é 'a priori' reescalonável, tanto o principal como os juros. Como confessa seu presidente: "Nós aprendemos a gerir o problema da dívida. Mas estamos ainda longe de o digerir".

MORATÓRIA

Quanto à questão da moratória, reaquecida nestas últimas semanas no Brasil, o mesmo alto funcionário consultado afirma que, de certa forma, "a decisão brasileira em maio/junho de não pagar o principal mas apenas os atrasados (em três parcelas de 15 por cento) corresponde já de certa forma a uma moratória unilateral, com a qual os credores não estão de acordo. Há mais ou menos dois anos que praticamente o Brasil já exerce esse tipo de medidas. A consequência pode ser não haver mais novos empréstimos", ameaça. "De qualquer forma, os credores só aceitam encontrar o devedor quando acham que será útil, que servirá a algo. Agora, antes de tudo, vai depender do que o Brasil dirá", conclui.